

ESCOLAS DO PORTO E DE MADRID

Organização de António Braz Teixeira, Celeste Natário,
José Carlos Pereira e Renato Epifânio

2021

Edição conjunta de:

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.º Esq.º
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Fotografia da capa: Ortega y Gasset, Leonardo Coimbra e

Garcia Morente

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-53284-5-1

Depósito Legal: 491048/21

Primeira edição: Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-53284-5-1/esc>

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

NEWTON DE MACEDO: O FILÓSOFO MORAL DA ESCOLA DO PORTO

Jorge Teixeira da Cunha

(Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa)

O filósofo Francisco Newton de Macedo (1894-1944) tem sido redescoberto nos últimos vinte anos. Isso deve-se a um renovado interesse pela filosofia moral e a factores mais imediatos como seja a publicação, em 2014, da sua obra completa, a cargo de Pedro Baptista que, tinha igualmente apresentado um doutoramento à Faculdade de letras do Porto sobre o autor. Os centenários da implantação da República, em 2010, e do movimento Renascença Portuguesa, em 2012, foram também ocasião de regressar ao pensamento de Newton de Macedo.

O programa deste evento sobre a Escola do Porto e a Escola de Madrid não podia igualmente deixar de aludir a este personagem que consideramos o filósofo moral por excelência da primeira Faculdade de Letras do Porto. Ou melhor: entre todos os autores ligados ao meio portuense, ele é o melhor cultor da filosofia moral. Vamos expor alguns pontos do seu pensamento, considerando que se trata de alguém que viveu intensamente o ideário republicano, de forma pensada, mais do que de forma militante, bem como a problemática europeia do seu tempo, nomeadamente a Grande Guerra de 1914-1918 e a Revolução Russa de 1917.

Uma ética para o Portugal republicano

Foi Newton de Macedo quem pensou eticamente o movimento republicano português com mais profundidade. Dizemos que o pensou profundamente, pois o fez pelo caminho de uma filosofia moral. De um modo geral, os que pensaram o ideário republicano seguiram a via política, que é a da militância ideológica e da conquista do poder, normalmente, em perspectiva positivista. Newton de Macedo segue uma via muito própria e distanciada de uma fidelidade militante, tanto politicamente como ideologicamente. Mesmo que seja possível ligá-lo aos ideais maçónicos, por afinidades familiares, mesmo que seja pessoalmente agnóstico, os seus escritos testemunham uma abertura de espírito a todos os factores que compõem a

existência humana. Republicano convicto, cremos poder dizer que Newton de Macedo é um democrata genuíno, entendendo por esta definição uma busca desinteressada da verdade e da instituição justa e não qualquer outra forma de combate ideologicamente alinhada por uma parcela da realidade, esquecendo todas as outras.

Newton de Macedo pensou eticamente o ideário republicano, na base das ideias modernas, nomeadamente as da posteridade de Kant. A nosso ver, é de lamentar, desde já, que não pareça ter lido E. Husserl, nem dado atenção ao movimento fenomenológico de que foi contemporâneo. Isso e tanto mais estranho, dado o seu contacto frequente com a cultura alemã. Ao contrário do seu Mestre Leonardo Coimbra, não parece mesmo ter lido M. Heidegger, cujo “Ser e Tempo” foi publicado com um ano de diferença em relação à sua obra maior “Introdução à filosofia” (1926). Mas o seu modo de fazer filosofia moral não anda longe das preocupações dos fenomenólogos do seu tempo.

Esta afinidade com a fenomenologia justifica importância que dá à “experiência moral”. Como é sabido, o movimento fenomenológico caracteriza-se por uma preocupação por ir “às coisas em si mesmas”, o que, no caso da moral, consiste em dirigir-se para o que vive o sujeito. Este modo de proceder aparece deste 1917, ou seja, desde que começou a publicar a sua obra. O que o preocupa não é o aspecto metafísico do conceito da moralidade, mas precisamente o modo como o sujeito se sente moral, quer dizer, responsável pela sua acção e instado a justificar racionalmente o seu modo de viver e os seus actos. Ora o sujeito sente-se originariamente como tendência, como “um feixe de tendências” (Newton, 2014, 164) que são “o documento humano” da vida (Newton, 2014, 165). A análise deste documento humano é o ponto de partida da ética. Newton de Macedo procede a essa análise na base das ciências humanas, especialmente da psicologia, mas também da literatura e da história. Este ponto é muito interessante. Por isso, a sua reflexão moral nunca é um discurso abstracto, dedutivo e seco. Pelo contrário, é uma análise das vivências humanas. Veja-se como trata do problema da guerra, que muito o impressionou, ou da Revolução Russa de 1917, sobre que escreveu, de forma pioneira e precoce, com grande profundidade. Para o fazer, não parte das ideias em confronto, parte antes do sofrimento do povo russo, ou da sorte dos soldados em campo de batalha. Um pensamento que tem como base a atenção à realidade é deveras interessante e raro no nosso meio. Reparemos que outros que tentaram dar um ideário à República nascente partiam quase sempre de pressupostos positivistas, ou de qualquer forma

alinhados com propósitos teóricos. Não é assim com Newton de Macedo e nisso se encontra a sua originalidade. Ele é fortemente influenciado pelo criacionismo de Leonardo Coimbra, mas isso não o dispensa de fundar o seu ponto de partida de um modo, a nosso ver, epistemologicamente mais rico do seu mestre, dada precisamente a sua sabida competência nas ciências humanas.

A experiência moral não é apenas uma descrição do que se passa na alma. Ela necessita de um discurso racional. Este consiste na entrada em cena do processo do que chama “a racionalização das tendências” (Newton, 2014, 164). Por aí se chega à norma moral que “é o resíduo cristalizado desse trabalho de racionalização”. Trata-se de um processo dinâmico, uma vez que nem o fundo tendencial da vida é sempre apreendido de modo igual, nem o discurso normativo se apresenta como uma constância, acima do tempo e da interpretação.

O discurso racional da acção moral integra grande número de elementos. O sujeito faz continuamente novas experiências, novas apreensões da sua realidade, as quais interagem com as formas tradicionais que estão na origem das regras de vida, como são as crenças religiosas, as tradições, o pensamento moral da história. A noção de valor moral, originária da economia, oferece-se como meio muito útil para a fenomenologia do funcionamento da autodeterminação humana. O valor radica, em último caso, numa atração da realidade sobre o sujeito. Ora, a marcha das circunstâncias históricas leva continuamente a novas preferências de valor e a conflitos entre essas preferências. Não há modo de sair desta complementaridade que P. Ricoeur chama “instituinte instituído”. O pensamento moral discorre sobre os valores em constante mutação. Eis como Newton de Macedo enuncia a sua conclusão e a sua regra para escapar a um possível relativismo ético da axiologia. “O pensamento humano, termo médio entre o instinto cego e a Inteligência pura, é capaz de criar valores porque deseja, e deseja porque é limitado no seu permanente esforço de expansão pela onda sempre renovada de tendências obscuras que o assaltam” (Newton, 2014, 172). Nem impotente nem onnipotente, é assim a ciência moral para Newton de Macedo. Fiel à via criacionista, vê a liberdade humana a partir de um duplo olhar: na direcção do determinismo, próprio da constituição natural do ser humano, e na direcção do indeterminismo, como ele decorre do desejo infinito presente no espírito humano. A ciência moral é, para ele, autónoma, objectiva, racional e experimental (Newton, 2014, 175). A justificação que dá destas características remonta à moral moderna de Kant, mas reinterpretada pela

sua preocupação fenomenológica. A justificação da autonomia não é, apesar de tudo, nada convincente, pois decorre de um contacto entre a consciência individual e a consciência colectiva. Ora este conceito sociológico está longe de ter sido recebido pelo pensamento posterior. O mesmo se diga da objectividade, cujo fundamento é o desinteresse. O desinteresse, sendo a forma de elevar-se acima da opinião maioritária da sociografia, assenta, se bem entendemos o autor, num equilíbrio instável ente individualidade e racionalidade. Por sua vez, a racionalidade é a elevação do ser humano acima da arbitrariedade da moral instintiva pela força criadora do pensamento. Uma elevação que não é baseada em nenhum *a priori*, mas no confronto contínuo experimental com a realidade.

Estes elementos descritivos do funcionamento da ética como ciência da moral estão presentes em diversos lugares da obra de Newton de Macedo. Muito coerentemente, é nesta base que lê a história da “luta pela liberdade no pensamento europeu”, sua obra de maturidade, escrita em 1930. Ele vai enriquecer o seu ponto de vista com o frequente recurso à obra de H. Bergson.

Um manifesto pela educação moral

Há um aspecto em que Newton de Macedo tem uma posição deveras interessante: é a proposta de uma educação moral nas escolas. Mais uma vez a sua luta é sem paralelo entre os pensadores republicanos do princípio do séc. XX e, mais espantoso, a sua voz continua sem ser ouvida até aos dias de hoje. Ele coloca esse objectivo entre os mais importantes do novo regime, uma autêntica causa do que chama “reconstituição nacional” (Newton, 2014, 91).

O fim da educação escolar tem de ser, segundo o seu ideário, a capacitação dos indivíduos para a cidadania e para a criatividade. A consciência colectiva é, por natureza, conservadora, apenas a consciência individual é criadora e geradora de renovação da sociedade. “Só o conseguiremos dando ao ensino uma finalidade ética, o que implica o estabelecimento da Moral ao lado das outras disciplinas, porque estas, sendo necessárias, são todavia insuficientes para o conseguir” (Newton, 2014, 92).

A educação moral a que se refere é diferente do ensino teórico da filosofia moral. É que o ensino teórico lida com conceitos que são formas fixistas ao passo que a estima dos valores é algo individual. É por isso que não basta instruir o educando nos dados da consciência colectiva. É necessário

acompanhá-lo na resolução dos conflitos que a sua inquietação desperta em face do já codificado das normas adquiridas e institucionalizadas. A família, os grupos sociais são o lugar da moral codificada. A escola, por sua vez, tem de ser o espaço orientador da “racionalização” actual das preferências individuais. Isso é especialmente urgente nos cursos complementares. “O exclusivismo profissional (...) alheando o aluno de todas as questões que saem fora do âmbito acanhado da sua actividade mental, torna-o incapaz de reagir contra o marasmo social que o rodeia. (...) A moral como disciplina (...) deve, acima de tudo, ter em vista as circunstâncias peculiares do momento que atravessamos” (Newton, 2014, 103). Estas afirmações são tão mais interessantes quanto são proferidas por alguém com pouco mais de vinte anos que publicava o seu primeiro texto científico. É visível o influxo de Leonardo, nomeadamente, a dialéctica existente entre o “conceito” estático e a “noção” dinâmica. Mesmo assim, já se observa o seu ideário de sempre, a saber, criacionista e fenomenológico. Desde o início da sua vida académica encontramos-lo muito mais sintonizado com a realidade do que muitos outros pensadores republicanos, entre os quais podemos citar Teófilo Braga ou mesmo António Sérgio.

Dizemos que Newton de Macedo tem como preocupação de base pensar o ideário republicano. Mas vemos como o faz com uma radicalidade infinitamente mais funda do que o que ficou expresso no conhecido refrão: a moral republicana consiste no cumprimento da lei. A observância da norma moral é o mínimo e só é possível, uma vez introduzido o ser humano na “divina criatividade” que é o húmus da experiência moral. Este ponto acompanhou-o durante toda a sua vida, mesmo que seja um ponto completamente desatendido pelas preocupações da República histórica. Os seus ensaios sobre cultura portuguesa, publicados já nos anos trinta, na História de Portugal, chamada “de Barcelos”, mostram sobejamente a sua lamentação das raízes históricas das opções tomadas nos últimos séculos (Newton, 2014, 181-220). Refere-se às opções pelo empirismo no século XVIII e o positivismo, no século seguinte. Essas escolhas da cultura oficial corrente entre nós levaram a um empobrecimento da experiência moral, pois não têm em conta toda a riqueza do espírito humano, a sua originalidade profunda, criativa, na qual são identificados os valores morais. Estes não provêm apenas da experiência empírica, com a objectividade fria dos seus dados, mas da incidência vertical do mundo de valor de que também é feita a experiência.

A Grande Guerra e a Revolução Comunista

Newton de Macedo é uma testemunha privilegiada dos acontecimentos decisivos que tiveram lugar no primeiro terço do séc. XX. A sua visão desses acontecimentos, na sua qualidade de filósofo moral, é bem merecedora de ser recordada, pois constitui um dos pontos altos do pensamento da Escola do Porto. Já falamos da sua moral que, com toda a justiça, pode ser classificada como uma moral para a República nascente no nosso país. Mas o seu olhar ergueu-se também para os acontecimentos mundiais desse tempo: a Grande Guerra de 1914-18 e a Revolução Russa de Outubro de 1917. Ocorre dizer, desde já, que aborda esses acontecimentos que muito o marcaram como homem e como pensador, do ponto de vista da filosofia moral, mais do que do ponto de vista da ciência política. Ele dedica ao assunto um texto longo chamado “o bolchevismo como experiência moral”, publicado na revista da Faculdade de Letras do Porto, dividido em três momentos: o momento teórico da exposição descritiva da experiência moral; o momento de ajuizar do bolchevismo como experiência moral e o uma terceira dissertação sobre a crise económica e a crise moral.

Mas a sua ideia de fundar o seu ponto de vista na filosofia vem de longe. Eis o que escrevia, no seu primeiro trabalho “Crise moral e acção pedagógica”, de 1917: “Hoje, mais do que nunca, impõe-se a necessidade de encontrar alguma coisa de estável, que se contraponha ao fluxo contraditório das correntes da cultura. Época de profunda anarquia mental – em que a par dos valores já mortos para a acção, se desenham outros (...) – onde encontrar (...) um princípio de valoração?” (Newton, 2014, 64). Não pode ser “o falso individualismo e o falso intelectualismo da Enciclopédia” (Newton, 2014, 74) que, segundo ele, por esse tempo, eram ainda os pilares da consciência nacional. De positivo, o nosso autor apenas identifica o pensamento de Leonardo Coimbra, “uma fé inabalável na fecundidade indefinida do pensamento criador” (Newton, 2014, 74). A reconstituição nacional pode vir do programa de “dar ao ensino a finalidade ética” – é a sua interpretação do programa da jovem República.

Mas o drama de Portugal inscreve-se no drama geral do mundo há pouco saído da guerra. No seu texto sobre o bolchevismo, escrito entre 1921 e 1923, Newton observa como havia dois mundos em confronto, como a guerra mostrou com o seu trágico esplendor: a derrocada dos valores tradicionais e a instabilidade dos que agora se apresentam. O mundo do início dos anos vinte estava envolto numa névoa fantasmática que Newton vê descrita nas

“páginas soberbas” do *Húmus* de Raul Brandão. (Newton, 2014, 161). O mundo moral da tradição tinha-se feita em cinza, como está nas páginas de outro livro então muito em voga que é *O fogo* de Henri Barbusse. Esse é o mundo idealista, que tenta encobrir o drama da miséria humana que é a beligerância e a pobreza.

A Guerra e a Revolução Russa são, para Newton, sintomas de natureza semelhante na sua análise ética da cultura. Ambos manifestam a derrocado de um mundo e a chegada, ainda fantasmática, de outro. Por isso, os olha como “experiência moral” e não simplesmente como acontecimentos políticos.

O ponto de partida da sua análise da revolução é a impressão causada pela situação da Rússia: “Até nós chegou, envolto em farrapos ensanguentados da própria carne macerada, um clamor desesperado da alma russa”. Por isso, não se trata de aprovar ou de condenar o que está a acontecer. Tanto a guerra como a revolução são sinal e causa da crise moral. Uma e outra arrancam “o problema moral da crise de valores do campo da especulação e lançam-no como desafio em plena vida. O problema tomou a acuidade dum dilema vital” (Newton, 2014, 167).

A análise moral do chamado “bolchevismo” dá a Newton o ensejo de expor a fenomenologia da experiência moral. O tema do bolchevismo, como o encara, não tem hoje a actualidade que tinha naquele tempo. Ele parece dar mais importância à revolução russa do que à sua classificação como “bolchevique”. Ou melhor: parece querer defender que o bolchevismo não é definição da revolução russa, nem é necessariamente mau, como corria na opinião pública daqueles anos. Mas é muito cauteloso no modo de emitir um juízo sobre o que estava a acontecer na Rússia de então. Os acontecimentos da actualidade, mais do que lhe merecerem um juízo, são pretexto para expor o seu pensamento moral.

No texto seguinte “crise económica e crise moral”, Newton defende a sua tese central, ou seja, que existe um “valor causal dos elementos morais no ritmo da actividade económica” (Newton, 2014, 205). Se bem entendemos o seu pensamento, ele defende que são as opções de valor moral que condicionam as condições económicas e não o contrário. Por isso, a questão social, feita de guerra e de revolução, tem de ser vista de forma matizada. Por um lado, é lugar comum dizer que o mal-estar económico leva à luta de classes. Mas Newton objecta que se assim fosse, as épocas de mal-estar económico deveriam ser de intenso conflito de classes. Porém, “o presente dá um desmentido formal a esta conclusão, porque se nunca como hoje

a situação económica das classes proletárias foi caracterizada por um tão relativo bem-estar, acrescido de resto com todas as conquistas políticas de último século, nunca, como hoje também, o conflito económico se apresentou com uma acuidade tão instantânea” (Newton, 2014, 205). Por isso, o conflito não vem simplesmente da falta de pão. Vem de um mal-estar de ordem moral. A falta de um habitat moral satisfatório é que leva ao descomando dos sentidos: “os apetites aumentam na medida em que diminuem as forças morais” (Newton, 2014, 205).

Perguntamos, então, para concluir: onde encontra Newton a solução para o problema nacional da República como projecto moral, para a beligerância de 1914-18 e para a revolução russa?

A sua tese principal é a identificação da humanidade e da liberdade. Quando a humanidade é vivida e pensada fora da liberdade, ainda temos crise de valores, temos anarquia, temos crise económica, temos guerra e revolução. Desde a sua primeira obra que Newton afirma com convicção: “Só criando personalidades individuais conseguiremos criar a personalidade colectiva” (Newton, 2014, 74). Por isso, ele propõe, contra o vazio de valores que a República quis superar, a educação moral que é a forma de robustecer as personalidades individuais. São essas personalidades individuais que criarão o bem-estar cultural, social e político.

Mas há outra tese complementar desta, que Newton vai buscar ao seu Mestre Leonardo Coimbra: “A sua doutrina da liberdade evita simultaneamente o individualismo e a sociocracia” (Newton, 2014, 113.173). A outra origem da crise, em todos os sentidos em que pode ser tomada, é o que chama “sociocracia”, que é tão nociva como o individualismo. A sociocracia é, tanto quanto entendemos, o domínio da massa anónima, da maioria informe de indivíduos esquecidos da sua interioridade moral. Neste ponto, cremos poder encontrar o juízo de Newton de Macedo sobre a revolução russa: se esse movimento for fundado sobre um sobressalto da alma russa para se encontrar com um robustecimento ético, então a revolução é bem-vinda. Se não for isso, então é um movimento individualista ou sociocrático que junta caos ao caos moral que já existia. A história haveria de encarregar-se de dar razão a Newton de Macedo. A falência do comunismo não foi apenas a ineficácia do seu modelo económico, mas foi principalmente um falhanço antropológico e ético. Os seres humanos não cresceram em liberdade moral com o comunismo. Por isso, o comunismo falhou.

A liberdade religiosa e o Estado de direito

Fazemos ainda referência a um ponto interessante do pensamento ético de Newton de Macedo: a valoração positiva que faz da atitude religiosa. Essa opção leva-o a propor um modelo educativo completamente inédito no contexto republicano. Mas, a nosso ver, leva-o mais longe: ele antevê a importância da liberdade religiosa como fundamento do Estado de direito. Vamos explicar brevemente este ponto.

A respeito da atitude religiosa, Newton desenvolve ao menos três ideias: o lugar da religiosidade na fundação da moral; o fracasso das religiões históricas neste papel; a proposta da distinção entre religiosidade originária e instituição religiosa.

Tentando explicar a tese que colocamos em primeiro lugar, eis o que escreve: “as metafísicas e as religiões que logicamente deveriam seguir, como complementação transcendente, o conhecimento da realidade empírica respectiva, precedem-no, servindo-lhe mesmo de guia, quando encaradas na sua realidade psicológica. A vida é um acto de fé em permanente renovo, ao longo do qual as certezas instintivas seguem sempre em espiral sem fim as certezas racionais que a dúvida fecundou” (Newton, 2014, 170). Existe uma adjacência da atitude religiosa em relação à origem da subjectividade. Estamos longe da lei dos três estádios do positivismo. A racionalidade é secundária em relação a esta origem da vida e da religiosidade. A racionalização das tendências também se entende da religiosidade, não para a destruir, mas para se potenciar na base dela.

Porém, as religiões históricas perderam o pé e não se encontram em condições de desempenhar esse papel fundador da moral. “As religiões históricas, com os valores morais que nelas têm a sua origem profunda, falharam como valores colectivos no Ocidente europeu. Constatando essa falência, limitamo-nos a formular um juízo de facto” (Newton, 2014, 145). A razão do fracasso das religiões históricas tem que ver com a incapacidade que as igrejas tiveram para responder à vontade de viver, anárquica, que justificou a beligerância. A esta vontade de viver está ligado o emergir da idolatria, com os deuses originários do germanismo, Wotan, e os deuses formais dos latinos, do que chama ideais de cavalaria, representado por Joana d’Arc. Este ponto de vista mereceria uma crítica mais desenvolvida, pois as Igrejas não são realidades estáticas, nem Newton conheceria a sua vitalidade com suficiente amplitude. Mas vamos dar por boa a ideia de que as Igrejas não fizeram tudo o que deviam para iluminar a crise do início do séc. XX e para evitar a guerra.

O terceiro elemento que Newton propõe é a distinção entre religião institucional e a religiosidade difusa. Esta última é um dado recolhido na base da sociologia de E. Durkheim. “É eterna a religiosidade confusa que o estado da vida social em nós desperta e que perdura enquanto perdurar a vida social. E como vida humana e vida social são termos que se identificam, porquanto não há possibilidade de conceber o homem fora da vida em grupo, a religiosidade será sempre um elemento permanente da mentalidade humana” (Newton, 2014, 150). Vamos supor que se trata da experiência religiosa na sua componente originária, antes de ser organizada em instituições. Newton explica melhor a sua afirmação, nas palavras que seguem: “O conceito de matéria religiosa comporta um duplo significado, consoante entendermos por tal, ou a religiosidade caduca expressa em fórmulas históricas da vida religiosa, em que a letra dominou e mesmo matou por vezes o espírito, ou a religiosidade nascente, difusa, de contornos indecisos, não cristalizada, que da alma colectiva se evola, como fumo eterno de mistério e de ansiedade” (Newton, 2014, 151).

Esta valoração do religioso tem duas consequências que nos interessa pôr em evidência. A primeira é explícita e a segunda implícita.

Em coerência com o seu pensamento, o autor advoga a neutralidade em relação às religiões históricas, mas propõe uma educação religiosa nas escolas republicanas. “Com efeito, a par dessa atitude de neutralidade, de tolerância bem compreendida, por essas fórmulas, ao educador compete uma missão mais grave, mais delicada: *criar um condicionalismo espiritual capaz de desenvolver, enriquecendo-a, a consciência religiosa do educando*” (Newton, 2014, 151). A ideia desta religiosidade originária é ligada à pessoa de Jesus. “Que existe hoje, pergunta, no cristianismo ortodoxo da primitiva, original e inesgotável fonte de religiosidade que foi a divina figura de Jesus?” (Newton, 2014, 152). Por isso, não basta a neutralidade de quem apresenta o papel das religiões segundo o critério da história. É necessário ir mais longe. “A par dessa neutralidade, a dialéctica da acção educativa deve exercer-se no sentido positivo dum amplo desenvolvimento da consciência religiosa. Ser neutral para com ela, para com a sede de mistério e de entusiasmo e de entusiasmo heróico por uma vida espiritual que transcenda o âmbito limitado do egoísmo rasteiro, é praticar uma verdadeira monstruosidade, é ferir no que ela tem de mais humano, a integridade espiritual do educando.” (Newton, 2014, 153). Esta posição é bem original, dentro do contexto republicano em que foi proposta e contrasta com o cientismo e positivismo dominante da ideologia desse tempo. E atentemos ainda neste passo: “A Reforma social

não pode ser obra isolada duma elite que fatalmente sofre dos defeitos que se propõe remediar. É da grande massa anónima dos que vivem perto da vida simples e cruel, longe do artificialismo duma cultura deformadora, que hão-de vir os motivos, as energias que a elite poderá canalizar, mas não tirar de si própria” (Newton, 2014, 154). Nesta conformidade, o autor advoga a criação de um ensino religioso e moral nas escolas. O sentido da educação moral é o desenvolvimento das virtualidades que têm a sua sede última na vivência religiosa.

A segunda consequência está implícita em quanto estamos a expor. Trata-se de propor uma modelo de Estado de direito. Do ponto de vista da configuração ética do estado, a instituição estatal rege-se pelo critério da justiça e não por qualquer critério de verdade ideológica. De um modo geral, a República implantada em 1910 manifestava convicções positivistas, segundo as quais o fenómeno religioso é um factor nocivo à vida da comunidade política. Por isso, o factor religioso não apenas é ignorado na sua relevância pública, mas é mesmo combatido por meio de leis que visam o seu desaparecimento. Na sua qualidade de republicano convicto, Newton de Macedo não vai por esse caminho. Muito embora advogue uma política de neutralidade em relação às religiões institucionais, não vai ao ponto de ignorar nem de combater o fenómeno religioso. Pelo contrário, reconhece o lugar do religioso na configuração da personalidade e no desenvolvimento da individualidade moral. Por isso lhe atribui um lugar, em contexto educativo. Isso equivale a dar lugar àquilo que deve ter lugar. Isso é fundar o estado na justiça e não na convicção ideológica dos seus titulares. Newton de Macedo representa uma ideia diferente da ordem republicana da comunidade política. Isso é um grande mérito seu e da Escola do Porto.

Conclusão

Francisco Newton de Macedo é o filósofo moral por excelência da Escola do Porto. O seu pensamento moral inspira-se na tradição neo-kantiana, seguindo um caminho racionalista e formalista, baseado na busca do desinteresse como critério do bem e da justiça. Há, porém, um elemento que lhe dá uma coloratura muito especial e que o faz ligar-se à corrente fenomenológica: é o seu conhecimento das ciências humanas, nomeadamente a psicologia nascente. É essa a explicação para a sua rica proposta de experiência moral como ponto de partida da sua ética. Por esta via nem a experiência religiosa fica de fora do seu âmbito de interesse, o que é muito original para um

pensador republicano como ele sempre quis ser. Não será alheio a este facto o seu longo convívio com Leonardo Coimbra, cujo criacionismo adopta, sem se filiar, como seria de esperar de alguém que trabalhou no Porto, nos caminhos mais típicos do movimento da Renascença Portuguesa.

Bibliografia

- Baptista, P. (2010), *A Pluralidade na Escola Portuense de Filosofia. O pensamento moral e político de Newton de Macedo*, Lisboa, IN-CM.
- Cunha, J. (2017), *O pensamento ético de Newton de Macedo*, in AA. VV, A “*Renascença Portuguesa*”. *Pensamento, Memória, Criação*, Porto, U. P. Edições, pp. 227-238.
- Newton de Macedo, F. (2014), *Obra completa de Newton de Macedo. Vol. I: Filosofia*, Porto, UCEditora. Organização, prefácio e verificação científica de Pedro Baptista.